

de Nebrija dera à língua – naturalmente ao castelhano – uma função “imperial”. É esse o estatuto que lhe reconhece, do lado português, João de Barros. Não deixa por isso de surpreender a falta de uma estratégia linguística clara. Nas relações com os Outros, acredita-se na eficácia dos intérpretes, os “línguas” que aparecem no registo de tantas expedições portuguesas. Todavia, se é possível registar o recrutamento de muitos africanos ou asiáticos, que devem aprender o português – muitas vezes em Lisboa – para permitir as relações comerciais e políticas normais, a verdade é tratar-se de uma percentagem reduzidíssima. Se, no caso asiático, a corte manda imprimir alguns centos de cartilhas destinadas a apoiar a tarefa da banalização da língua, a verdade é não se ter verificado um esforço contínuo e sistemático.

Não dispomos de uma história capaz de esclarecer este problema, mesmo se, perante a situação actual, haja balanços a estabelecer. A fragilidade da presença da língua portuguesa em todos os países que se tornaram independentes deriva da falta de estratégia governamental. Podíamos até dizer que ninguém acreditou na necessidade de assegurar a banalização da língua portuguesa, partindo do princípio que os africanos trabalhariam para os colonos, mesmo condenados à mudez comunicacional. Ou então aguardava-se que um “milagre” assegurasse a expansão da língua, sem custos para os portugueses, que sempre se mostraram avarentos no que se refere aos orçamentos da Educação Nacional. Ora o milagre só se registou no Brasil, graças à injeção constante de milhares de portugueses que foram apagando as línguas indígenas e alienígenas, as índias, as africanas, as asiáticas, as europeias.

Hoje, uma fracção substancial dos teóricos da “portugalidade”, fazem da língua o agente mais eficaz da unidade dos homens e dos territórios que foram marcados pela presença portuguesa. Não tendo havido uma grande reflexão anti-colonialista antes das independências, registou-se a necessidade urgente de organizar uma ideologia explicativa: os portugueses foram obrigados a renunciar à dominação política e económica, mas procuraram assegurar o controle da língua. O drama herói cómico provocado pelo acordo ortográfico luso-afro-brasileiro, deriva dessa inquietação: se a língua não for capaz de assegurar a perenidade da dominação colonial, os portugueses ficarão mais pequenos. A exacerbação da “lusofonia” assenta nesse estrume teórico, que, espera-se, virá a ser revisto, para considerar a importância da vontade do Outro. Não parece que se possa confiar apenas à língua a tarefa de proceder à rejeição dos preconceitos engendrados pelo facto colonial, como de resto já tinha lembrado Ferdinand de Saussure, que me parece ser insuficientemente lido.

Quase todos esquecem uma já velha proposta teórica de Ferdinand de Saussure, que não hesitou em denunciar as vãs esperanças que muitos confiavam à linguística para resolver os problemas sempre candentes das nações e das nacionalidades. Pergunta o sábio suíço: “Será, em resumo, que a língua fornece (algumas) luzes à antropologia, à etnografia, à pré-história? É isso que geralmente se acredita; pensamos haver aí uma grande parte de ilusão. Havemos de examinar de maneira sucinta alguns aspectos deste problema geral”².

² Ferdinand de Saussure, *Cours de Linguistique générale*, Paris, Payot, 1966, p. 304.

Com efeito, de Saussure não titubeia, abrindo imediatamente o leque das grandes opções, e começando pela "raça"³: "seria um erro acreditar que por via da comunidade da língua se podia concluir pela consanguinidade, (isto é) que uma família de línguas corresponde a uma família antropológica". De Saussure conclui que "a realidade não é assim tão simples". Afirmação de que não podemos duvidar. Seria demasiado escandaloso.

Para resolver este problema bicudo, o linguista viu-se obrigado a inventar um neologismo, o "etnismo", que deriva muito directamente da etnia que entretanto fora proposta pelo antropológico Vacher de Lapouge⁴. É graças a esta contribuição teórica, que não teve grandes herdeiros, que de Saussure aborda a questão que nos interessa de maneira mais decidida: "que nos ensina pois este testemunho da língua? A unidade da raça não pode ser, por si só, mais do que um factor secundário e absolutamente nada necessário de comunidade linguística; mas há outra unidade, infinitamente mais importante, a única essencial, constituída pelo laço social: chamar-lhe-emos **etnismo**. Entendamos por este termo uma unidade assentando nas relações múltiplas de religião, de civilização, de defesa comum, etc..., que pode estabelecer-se até entre povos de raças diferentes, não havendo nenhum laço político".

E para não deixar a menor dúvida a este respeito, de Saussure sublinha que é entre o etnismo e a língua que se estabelece a relação de reciprocidade de que já falara antes. O papel principal não cabe neste capítulo à língua, mas sim à relação social (**le lien social**), pois só esta tende a criar a

³ *Id.*, *Ibid.*
⁴ *Id.*, p. 305.

comunidade da língua imprimindo "talvez ao idioma comum determinados caracteres". O que, entenda-se, não anula de maneira nenhuma a importância da língua, pois esta "constitui, em certa medida, a unidade étnica"⁵.

Do que não há dúvida é de que a língua não pode ser a pátria de ninguém, como pretendeu Fernando Pessoa, que não dispunha da competência linguística para enunciar as regras associadas à criação e à expansão das línguas. A língua é assim indissociável dos "costumes da nação". O laço interno, íntimo e constante dos costumes e da língua cria por consequência a força singular do **etnismo**, que não pode dissociar uns da outra, como se pretende fazer de maneira tão ligeira como irresponsável com a língua portuguesa⁶.

Não podemos deixar de tentar explicar esta maneira de agir, sobretudo no caso de um país que nem sequer

⁵ *Id.*, pp. 305-306.

⁶ O ponto máximo desse delírio é alcançado por Fernando Pessoa, que, ao afirmar que a sua pátria era a língua portuguesa, permitiu uma exacerbação falsamente patriótica e linguística. É mais do que evidente, dentro dos parâmetros enunciados por Saussure, que a pátria de Pessoa era constituída pela língua e pelos "costumes" portugueses com uma reserva: como é possível esquecer, sempre que se mete o nariz teórico na estrutura psíquica de Fernando Pessoa, que este foi educado primeiro num liceu e depois numa escola técnica inglesa? Não foi em inglês que Pessoa se despediu do mundo, por escrito, no Hospital de S. Luis? Se é certo que lhe acrescentou, no dia seguinte, uma frase em português, nem por isso anula a evidência de uma pátria psíquica, marcada pela língua inglesa. O que quer dizer que a sua pátria psíquica foi a língua inglesa. É verdade que esta maneira de dizer está em expansão. Para justificar a sua candidatura à Académie Française, Jorge Semprun, que continua a ser espanhol, salientou que a sua pátria era a língua francesa. Não se referiu ele a Fernando Pessoa, mas creio ser legítimo salientar o laço entre os dois escritores, embora em condições complementares diversas: a pátria física de Semprun continua a ser a Catalunha, embora as condições criadas pelo franquismo o tenham obrigado a francizar-se. Comentando esta afirmação, Jean d'Ormesson apoiou-a vivamente, salientando que sempre orientara a sua existência no sentido de ser um "escritor francês". Mas neste caso já não há coincidência com Semprun, embora d'Ormesson se identifique mais com Pessoa. Seja como for, a tentativa de eliminar o peso dos "costumes" reduz a língua a um elemento passageiro, contrariamente ao objectivo que se procura atingir. E que fazer dos escritores realmente bilingues, como Vicente Huidobro ou Samuel Becket? Qual a pátria que lhes deve ser imposta?

procurou assegurar, nas suas antigas colónias, a banalização da língua portuguesa. O simples inventário dos poucos esforços feitos pelas autoridades responsáveis pela colonização para assegurar a generalização da língua portuguesa, mostram que nunca se acreditou nesta força aglutinante, e isso por diferentes razões.

A primeira reside na convicção que os Outros, e mais particularmente os africanos, são incapazes de aprender a controlar as subtilidades tanto sintáxicas como fonéticas da língua portuguesa. Tal é o que já aparece claramente na língua utilizada pelas personagens negras ou pardas, — os futuros mulatos — nos textos de Gil Vicente, de Anrique da Mota ou de António Ribeiro Chiado⁷. Mais ainda: na **Frágua de Amor**, Gil Vicente salienta que a razão da inferioridade indiscutível dos africanos reside sobretudo na sua incapacidade de falar a língua portuguesa da norma urbana lisboeta.

Tal será de resto uma das constantes da rejeição dos africanos, que continuaram durante séculos, na tradição e na literatura, a falar a "língua de preto", que em alguns casos se transformou em "pretuguês". A incompetência linguística dos africanos sofria é certo alguns desmentidos, pois são estes que, aprendendo o português, desempenham a função de intérpretes a bordo de algumas embarcações portuguesas. Embora se possa também aceitar a hipótese de uma modificação substancial deste processo na expedição de Vasco da Gama, pois aí encontramos como intérprete, um tal Fernão Martins, que aprendera o Kikongo na corte congoleza, em S. Salvador⁸.

⁷ Se bem que maculado por alguns raros lapsos, o melhor estudo consagrado a esta questão continua a ser *La Langue de Gil Vicente*, de Paul Teyssier, Paris, Librairie C. Klincksieck, 1959.

⁸ *Diário da Viagem de Vasco da Gama*, Porto, Civilização, 1945, (2 Vol.), p. 17.

Não será possível acompanhar de perto as várias formas tomadas pelas relações linguísticas entre os portugueses e os Outros, africanos, americanos ou asiáticos. Pretende-se apenas salientar a existência de hierarquias linguísticas, que não são mais do que um duplo das hierarquias sociais e sobretudo raciais. Não deixa de ser assaz surpreendente que Pêro de Magalhães Gândavo considere os índios brasileiros Aymorés como particularmente selvagens, devido ao facto de a sua língua ser parecidíssima com o "basconço", quer dizer o basco, e por isso se não poder escrever.

Está ainda por fazer o inventário sistemático destas relações entre a língua e a escrita, que nos autores do século XVI constitui a prova mais cabal da qualidade civilizacional das línguas. Só as línguas que se podiam escrever estavam em condições de ser classificadas como civilizadas, estando as outras condenadas ao enclausuramento de fracções vastíssimas da população portuguesa, impedindo os "colonizados" de dispor de semelhante utensílio.

A segunda razão pela qual os portugueses procuram impedir o acesso dos colonizados e até dos colonos — como se verifica no Brasil — à escrita, depende inteiramente do juízo obscurantista: manter os dependentes na ignorância permite eliminar a contestação e a crítica. Também neste aspecto são reveladoras as datas da introdução da imprensa: os brasileiros só puderam dispor de tipografias a partir de 1808, tendo estas sido instaladas para permitir o funcionamento mais ou menos normal da burocracia da Coroa, que entretanto se refugiara no Rio de Janeiro.

Só muito mais tarde, isto é, só após a chegada dos liberais ao poder, é que, certamente devido à intervenção

democratizante do marquês de Sá da Bandeira, se verifica a instalação de outras tipografias nas colónias portuguesas também essencialmente destinadas a racionalizar a administração. E em Angola, foi necessária a generosidade do comerciante madeirense-angolano-brasileiro-português Arsénio Pompeu Pompílio de Carpo, para que as autoridades coloniais dispusessem de tipografia e de papel⁹. Não há, na Europa já pós-revolucionária, país mais atido ao carácter arcaico do poder, mais refractário à banalização da educação escolar¹⁰.

Quais, nesse caso, as técnicas para assegurar a banalização da língua portuguesa? Nenhuma, a não ser a que proviesse do contacto constante entre os "civilizados" e os "selvagens". Todavia semelhante operação só poderia ter algum efeito, se houvesse uma grande quantidade de portugueses, brancos, mulatos ou pretos, falando português. Foi o contrário que se verificou: a fraca demografia dos portugueses, obrigou estes a aprender as línguas africanas, para poder comerciar ou administrar.

Certo, replicarão alguns linguistas, mas não convém esquecer a importância dos crioulos, que funcionam algumas vezes como autênticas línguas francas. Não as esque-

⁹ Sobre o papel deste madeirense na história cultural de Angola, V. Isabel de Castro Henriques, *Commerce et changement en Angola au XIXème siècle. Imbangala et Chokwe face à la modernité*, Paris, Harmattan, 1995 (2 vol.).

¹⁰ São numerosas as declarações, reforçadas pelos actos administrativos, em que se anuncia a orientação política do ensino, que não deve esforçar-se por banalizar o conhecimento. Esta política alarga-se naturalmente aos africanos ainda sob dominação portuguesa, o que levou o Cardeal Cerejeira, então Patriarca de Lisboa, a afirmar em 1960: "precisamos de escolas em África, mas de escolas onde seja ensinado aos indígenas o caminho para a dignidade do Homem e a glória da Nação que o protege. Queremos ensinar os indígenas a escrever, a ler e a contar, mas não pretendemos fazer deles doutores". Diga-se que este objectivo, eminentemente negativo, foi facilmente alcançado: o Cardeal Cerejeira teria ficado orgulhoso com o tão reduzido número de licenciados africanos que se registava em 1975.

cerei, mas os portugueses quase não dão por elas. António Carreira¹¹, tal como de resto Jean Boulègue¹², tentaram, por razões diferentes e com objectivos também diferentes, identificar as referências ao crioulo. O termo falta, pois embora Juan Corominas, como faz também Raymond Arveiller¹³, atribuem a criação do conceito aos portugueses, a verdade é que só o encontramos em castelhano. Aparentemente, recebemos o conceito, quando não a coisa, dos castelhanos.

Faltaria todavia definir as condições de criação dos crioulos, mas também neste caso a lição de Saussure difere bastante daquela que recorrem normalmente os linguistas. Não sem contradições, na medida em que de Saussure não considera ainda nem a importância, nem a função dos crioulos. Todavia, Saussure sublinha o facto de as "passagens bruscas de uma língua para outra serem muito frequentes" fazendo ao mesmo tempo a pergunta: "qual é a sua origem?" A resposta também nos convém: "do facto de circunstâncias desfavoráveis terem impedido estas transições insensíveis de subsistir"¹⁴.

Se aplicarmos estes princípios ao aparecimento dos crioulos, verificamos que as populações inéditas – pensamos nos casos de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe – podem ter sentido a necessidade de criar uma língua que, não sendo já nenhuma das línguas africanas maternas, também não será a língua do colonizador, que só pode deformar a autonomia dos dependentes, admitindo a hipótese – que é

¹¹ António Carreira, *O Crioulo de Cabo Verde. Surto e Expansão*, Lisboa, s. e., 1982.

¹² Jean Boulègue, *Les luso-africains de Sénégalie*, Lisboa, I.L.C.T., 1989.

¹³ Raymond Arveiller, *Contribution à l'étude des termes de voyage en français (1505-1722)*, Paris, Editions d'Artrey, 1963.

¹⁴ F. De Saussure, o.c., p. 279.

uma certeza – de que a maior parte da população nova é não-portuguesa. Ou seja, mesmo se alguns dos linguistas consideram estas línguas como meros crioulos¹⁵, a verdade é que este sistema classificativo depende apenas da deformação imposta pelas formas coloniais de classificar.

Chegamos pois a um ponto crucial, que nos permite verificar que a língua portuguesa nunca foi considerada pelos próprios portugueses como um agente suficiente, ou sequer indispensável, para assegurar as operações coloniais. É certo que aqui e ali, por exemplo nas relações com a nobreza ba-conga, nos séculos xv e xvi, os portugueses procuravam assegurar a difusão da língua, mas esse impulso era limitado e não tardou a esvaír-se, sem deixar quase traço algum. Os locutores autóctones foram sempre considerados incapazes de respeitar a norma linguística, e ainda hoje tal continua a verificar-se.

Podemos encontrar uma plena confirmação deste discurso menorizador nas relações com a criação literária, não só em África, como na América ou na Ásia. Por razões de economia reterei o exemplo africano, que nos seus primórdios procura libertar-se do modelo literário português, como fizeram os pan-africanistas cabo-verdianos sem jamais o conseguir. A contra-partida portuguesa é evidente: basta consultar os muitos manuais de literatura, para podermos verificar a ausência de qualquer referência às criações dos Outros colonizados.

¹⁵ Um dicionário corrente (Cândido de Figueiredo, Lisboa, Bertrand, s.d., diz na sua 10ª edição) crioulos: "dialecto dos crioulos. Dialecto colonial. Adj. Diz-se do dialecto português falado em Cabo Verde e noutras possessões portuguesas de África". Estas maneiras de dizer salientam a relação entre o crioulo e a situação colonial, mas sublinham o facto de se tratar não de um "língua", mas de um "dialecto". A inferiorização das línguas é destinada a confirmar a hierarquia colonial, quer dizer racial, mais clássica.

Os brasileiros também foram vítimas da violenta censura portuguesa, e só já neste século xx foi possível editar a obra quase completa de Gregório de Matos, poeta baiano do século xvii, bastante fescenino, que ficou condenado à circulação manuscrita. A violência da rejeição portuguesa não podia deixar de travar a própria produção literária no Brasil, quer fosse simplesmente "colonial", quer fosse já caracterizada pela tentativa de assumir os caracteres "autóctones". Também no plano estritamente literário se verifica uma vontade firme de impedir seja a criação autónoma, seja a circulação das obras. Quando não se metiam os poetas num barco para os deportar, como aconteceu ao famoso "boca de ouro", Gregório de Matos Guerra¹⁶.

Nesse caso, quando é que os portugueses descobrem a importância dessa criação? Graças à organização da Agência Geral das Colónias, uma ideia republicana, recuperada pelo fascismo. Esta instituição colonial, seguindo os exemplos colonialistas já conhecidos, criou os prémios literários, que não permitiram a criação de literaturas nacionais, pois a maior parte desses prémios foi concedida aos colonos, um dos quais – oh caso nunca visto! – nem sequer tinha posto os pés em África. A literatura que se pretende suscitar e premiar é a dos colonos, e a Agência Geral das Colónias, que depois será Agência Geral do

¹⁶ Gregório de Matos Guerra, Bahia, 1633-1696, foi deportado para Angola, acusado de uma utilização demasiado satírica do seu talento poético, que só podia agradir as autoridades "portuguesas", agindo o poeta não como um simples colono, súbdito do rei de Portugal, mas antes como um "brasileiro", que não podia deixar de rejeitar a maneira como as autoridades portuguesas geriam mal os interesses brasileiros. Embora ainda não dispusesse de um discurso nacional estruturado, Gregório de Matos assumia a necessidade de rejeitar as autoridades portuguesas.

Já invoquei (ver nota 2, p. 49) as condições em que se operou a criação dos Estudos Gerais Universitários em Angola e Moçambique. Mas ser-me-á certamente permitido evocar um dos meus artigos consagrados à necessidade de criar pelo menos uma Universidade em Angola, aparecido na edição aérea do *Diário Popular*, que desencadeou uma grande celeuma em Moçambique, pois não se compreendiam as razões que me levavam a defender essa criação apenas em Angola, tendo mobilizado também os olhos de Argos da censura que proibiu a reprodução do artigo. A associação entre os interesses portugueses e o aparelho repressivo tinha tornado a Universidade um objecto proibido, que as associações angolanas e alguns militantes, acabaram por impor ao governador-geral, general Venâncio Deslandes.

Mas devemos proceder a um inventário mais preciso: se a tipografia só pudera ser instalada no Brasil em consequência de uma catástrofe política, mais para servir a administração portuguesa do que os interesses dos brasileiros, também em Angola os Estudos Gerais Universitários – que no seu intitulado sublinham a maneira como a administração colonial portuguesa, então gerida pelo Prof. Adriano Moreira, recusou as Universidades às colónias e aos candidatos, que eram todavia contabilizados como portugueses – só conseguiram perfurar a dura carapaça da portugalidade ou da lusofonia graças às armas que iam varrendo florestas e anharas, cidades e quimbos!

De resto, o recurso à língua portuguesa foi sempre interpretado como uma renúncia à condição nacional. Esta maneira de ver ainda se mantém viva. Dois grandes historiadores da literatura portuguesa, o malgrado António José Saraiva e Óscar Lopes, nunca conseguiram dar-se

Ultramar, não poderá propor senão uma literatura “colonial”, “colonialista” e eventualmente colonizadora, sempre de fraca ou de péssima qualidade.

Neste caso a língua portuguesa serve apenas para reforçar a legitimidade da colonização: à medida que se reforça a demografia portuguesa nas colónias, regista-se uma tentativa de aumentar o carácter branco e europeu da língua. Esta, por sua vez, é negada aos africanos, que ou aprendem a falá-la sem sotaque e sem vocábulos traduzindo a realidade física local, ou são rejeitados pelos professores portugueses. Arnaldo Santos escreveu o famoso conto “A menina Vitória”, que sublinha a existência de uma forma particular do “síndrome da Fanon¹⁷”, sendo a jovem professora mulata extremamente severa no controle da língua portuguesa falada pelos seus alunos luandenses.

O dispositivo técnico português era destinado a reservar aos colonos a legitimidade da língua, e alguns pais brancos proibiram os filhos de falar as línguas nacionais, para expulsar o sotaque, que podia comprometer a carreira, face ao ouvido hiper-censor dos colonos. Estas operações funcionavam como armas subtis de guerra civil, pois se recusava assim aos africanos – e falo neste caso particular dos angolanos – a possibilidade de gerir a língua portuguesa à sua maneira, quando decidiam adoptá-la e integrá-la nas práticas da sociedade civil.

Nestas condições é difícil acreditar que a língua seja outra coisa mais do que o agente específico da dominação,

¹⁷ Designo como sendo o “síndrome de Fanon”, a situação patológica descrita pelo Dr. Frantz Fanon no caso da população mestiça das Antilhas, e mais particularmente das mulheres, que procuram imitar as escolhas brancas, e repelem os casamentos com os homens de cor, esperando unir-se aos brancos. Nesta situação, que também se regista no Brasil, procuram “melhorar a raça”, graças a uma injeção de genes brancos. V. Frantz Fanon, *Pele negra, máscaras brancas*, Porto, Paisagem, s.d.

conta da existência de escritores africanos, fosse onde fosse. Se tais escritores utilizavam a língua portuguesa, esta operação não só os arrancava às suas línguas maternas, mas metamorfoseava-os em portugueses. Nenhum dos dois homens podia sequer pensar que um angolano que escrevia em português, o podia fazer para pôr a língua portuguesa ao serviço de um projecto anti-português, deliberadamente nacionalista!

Nestas condições a língua portuguesa não fornecia um instrumento capaz de assegurar a autonomia, afectiva, psíquica, cultural, daquele que a ela recorria. Muito pelo contrário, todos os que ousavam apropriar-se da língua portuguesa, assinavam o documento da escrita que devia ser interpretado como uma renúncia expressa à sua condição nacional. Face à debandada dos colonos portugueses, que criaram esse grupo tão numeroso como transitório dos “retornados”, o aparelho político sentiu-se naturalmente desarmado para manter os princípios fundamentais da colonização e do colonialismo. Essa situação não tinha sido nem prevista, nem teorizada, pois ninguém tinha encarado a reacção dos milhares de colonos perante as independências africanas. Por isso, nos dias de hoje pelo menos um ministro dos Negócios Estrangeiros pode confiar a dominação clássica dos portugueses, a uma associação singular: a das OGMA e da Língua¹⁸.

¹⁸ Foi o então ministro dos negócios estrangeiros, Durão Barroso, que salientou a importância da “cooperação militar”, entre portugueses e angolanos. As Oficinas Gerais de Material Aeronáutico deixaram em Angola um resíduo técnico dos tempos da guerra que, naturalmente, continuou a servir os militares. Serviu os portugueses, passou a servir, sem a menor inquietação os angolanos do governo legal, na medida em que a Unita não dispunha de material aeronáutico. O nó central desta inquietação reside no facto de se considerar como prioritária a “cooperação militar”, a qual só pode servir a guerra, civil desta vez.

destinado a repelir o Outro, e mais particularmente os grupos que a proto-etnologia europeia classificava entre os “selvagens”: os sem território, sem governo, sem religião, africanos e índios americanos. O que não quer dizer que os asiáticos escapassem inteiramente a esta condenação. Diz-me que língua falas, e como a falas e dir-te-ei quem não és, tal poderia ser o aforismo central associado às práticas linguísticas portuguesas. A ausência de qualquer tentativa de criouliização branca sublinha ainda mais o excesso de prevenção dos europeus, que nem sequer se deixaram arrastar, como os boers da África do Sul, a inventar o afrikaner, que constitui o único autêntico exemplo africano de um crioulo criado pelos brancos.

Em que momento se regista a viragem portuguesa neste plano, se viragem houve? Ela não podia intervir a não ser sob a pressão da sociedade civil, que durante anos a fio denunciara, sempre em vão, o carácter repressivo do esquema escolar imposto pelas autoridades portuguesas e que sempre se satisfez com o famoso “Ensino rudimentar” defendido pelos missionários e pelas inspecções portuguesas, avultando entre os teóricos da falta de qualidade do ensino o inspector Manuel Ferreira da Rosa, que é agora meu visinho, instalado num gavetão do cemitério da Ajuda. Se a colonização portuguesa podia aceitar que houvesse, embora muito controlado, o ensino liceal que permitia que alguns poucos alunos africanos obtivessem o sétimo ano que dava acesso às Universidades portuguesas, para que esses quadros futuros pudessem impregnar-se com os odores e os sabores portugueses. Um poema de Alda Lara, “*Hei-de voltar*”, traduz, na sua violência rítmica, a rejeição do próprio espaço português.

Já évoquei (ver nota 2, p. 49) as condições em que se operou a criação dos Estudos Gerais Universitários em Angola e Moçambique. Mas ser-me-á certamente permitido evocar um dos meus artigos consagrados à necessidade de criar pelo menos uma Universidade em Angola, aparecido na edição aérea do *Diário Popular*, que desencadeou uma grande celeuma em Moçambique, pois não se compreendiam as razões que me levavam a defender essa criação apenas em Angola, tendo mobilizado também os olhos de Argos da censura que proibiu a reprodução do artigo. A associação entre os interesses portugueses e o aparelho repressivo tinha tornado a Universidade um objecto proibido, que as associações angolanas e alguns militantes, acabaram por impor ao governador-geral, general Venâncio Deslandes.

Mas devemos proceder a um inventário mais preciso: se a tipografia só pudera ser instalada no Brasil em consequência de uma catástrofe política, mais para servir a administração portuguesa do que os interesses dos brasileiros, também em Angola os Estudos Gerais Universitários – que no seu intitulado sublinham a maneira como a administração colonial portuguesa, então gerida pelo Prof. Adriano Moreira, recusou as Universidades às colónias e aos candidatos, que eram todavia contabilizados como portugueses – só conseguiram perfurar a dura carapaça da portugalidade ou da lusofonia graças às armas que iam varrendo florestas e anharas, cidades e quimbos!

De resto, o recurso à língua portuguesa foi sempre interpretado como uma renúncia à condição nacional. Esta maneira de ver ainda se mantém viva. Dois grandes historiadores da literatura portuguesa, o malgrado António José Saraiva e Óscar Lopes, nunca conseguiram dar-se

conta da existência de escritores africanos, fosse onde fosse. Se tais escritores utilizavam a língua portuguesa, esta operação não só os arrancava às suas línguas maternas, mas metamorfoseava-os em portugueses. Nenhum dos dois homens podia sequer pensar que um angolano que escrevia em português, o podia fazer para pôr a língua portuguesa ao serviço de um projecto anti-português, deliberadamente nacionalista!

Nestas condições a língua portuguesa não fornecia um instrumento capaz de assegurar a autonomia, afectiva, psíquica, cultural, daquele que a ela recorria. Muito pelo contrário, todos os que ousavam apropriar-se da língua portuguesa, assinavam o documento da escrita que devia ser interpretado como uma renúncia expressa à sua condição nacional. Face à debandada dos colonos portugueses, que criaram esse grupo tão numeroso como transitório dos “retornados”, o aparelho político sentiu-se naturalmente desarmado para manter os princípios fundamentais da colonização e do colonialismo. Essa situação não tinha sido nem prevista, nem teorizada, pois ninguém tinha encarado a reacção dos milhares de colonos perante as independências africanas. Por isso, nos dias de hoje pelo menos um ministro dos Negócios Estrangeiros pode confiar a dominação clássica dos portugueses, a uma associação singular: a das OGMAs e da língua!¹⁸

¹⁸ Foi o então ministro dos negócios estrangeiros, Durão Barroso, que salientou a importância da “cooperação militar”, entre portugueses e angolanos. As Oficinas Gerais de Material Aeronáutico deixaram em Angola um resíduo técnico dos tempos da guerra que, naturalmente, continuou a servir os militares. Serviu os portugueses, passou a servir, sem a menor inquietação os angolanos do governo legal, na medida em que a Unita não dispunha de material aeronáutico. O nó central desta inquietação reside no facto de se considerar como prioritária a “cooperação militar”, a qual só pode servir a guerra, civil desta vez.

O facto de haver tanta gente a afirmar que a melhor maneira de cooperar com os novos Estados da língua oficial portuguesa assentar na cooperação militar, parece-me um atroz contra-senso, sejam quais forem as reservas de armas de que dispõem as Forças Armadas Portuguesas. É todos os dias mais evidente que não pode haver cooperação que não inclua a paz alargada no primeiro plano das preocupações de todos os agentes da cooperação. O facto de ainda mantermos uma visão preocupante, mesmo quando se reconhece que todos os países precisam de forças da ordem: estas, contudo, devem depender das instâncias civis, e nunca dos militares e das forças armadas clássicas.

Regista-se em diferentes regiões do continente africano, como de resto alhures, a presença de agentes, políticos, religiosos, culturais, desportivos ou artísticos, das várias fónias existentes – francofonia, hispanofonia, anglofonia – situação que provoca sempre um frémto curioso entre os portugueses e a sua generosidade histórica! Já se verificou essa situação perante a opção moçambicana de integrar o quadro amplo da Commonwealth, e quem não ouviu nestes últimos anos as perguntas suscitadas pelas ameaças que a francofonia faria pesar sobre a língua portuguesa em Cabo Verde e na Guiné-Bissau?

Como quase todos os portugueses, ou como a maioria deles, tenho parentes brasileiros, os quais falam “brasileiro” que, diz-se, não podemos considerar uma língua. Tenho a esse respeito algumas dúvidas, pois dou à fonética um valor simbólico e político: os meus parentes brasileiros falam por isso “brasileiro”. Por razões já aduzidas, e que fui encontrar na vasta panóplia teórica de Ferdinand de Saussure, seria difícil que os meus parentes pudessem

fazer outra coisa, sobretudo aqueles – muitos – que já nasceram no Brasil. E sou também obrigado a dar-me conta de que os interesses desses brasileiros estão mais centrados no próprio Brasil e nos países vizinhos, do que em Portugal ou na Europa. Quantos brasileiros não se revelam incapazes de encontrar Portugal num mapa da Europa?

Face ao sobressalto português perante as escolhas dos moçambicanos, Mia Couto preveniu os portugueses em dois momentos significativos. Em primeiro lugar: mesmo falando português um moçambicano estará sempre mais perto de um sul-africano ou de um zimbabweniano do que dos portugueses, brasileiros ou caboverdianos. Quem poderá pôr em causa o alcance eficaz desta observação? Não estará ela de acordo com o quadro teórico em que me tenho apoiado? Ora, a esta informação, acrescentou Mia Couto uma segunda, sublinhando o facto de a língua portuguesa ser a *sua* língua portuguesa, confirmando uma regra que me parece necessário reforçar constantemente: a língua deve sempre pertencer àquele que a fala. As consequências só serão penosas para quantos associam a língua a uma forma de dominação subtil, que se pode exercer mesmo estando ausente o agente da dominação.

É contudo evidente que Mia Couto fala apenas em nome do bom senso, que os moçambicanos também conhecem, utilizam e partilham! Tal não o impede, contudo, de expulsar os portugueses do doce paraíso da dominação linguística que constitui agora uma arma onde se podem medir as pulsões neo-colonialistas que caracterizam aqueles que não conseguiram ainda renunciar à *certeza* de que os africanos só podem ser inferiores. Se já não recorremos muito a Oliveira Martins para definir o quociente inte-

Pessoa conseguiu convencer os portugueses que a língua dispunha das qualidades suficientes para impor a sua disciplina a qualquer grupo, em qualquer lugar e em qualquer momento histórico. Por essas razões a língua acabou por se transformar, à nossa vista, com o nosso pleno conhecimento em agente suficiente da dominação. É certo estarmos perante uma reformulação da teoria, pois Gilberto Freyre considerava que a sexualidade, a "pica", era suficiente para assegurar a lógica e a perenidade da dominação. Se bem que não se tenha eliminado a fortíssima contribuição da sexualidade, a verdade é estarmos hoje perante teses mais assepsadas, que confiam à língua a tarefa principal de manter e de alargar o campo da dominação portuguesa.

Convém contudo acrescentar algumas evocações teóricas, começando por João Ribeiro, para quem a língua portuguesa era sobretudo caracterizada pelo recurso excessivo aos imperativos, sendo não uma língua de diálogo, mas uma língua de dominação e de ordens. Esta observação, onde o técnico se confunde com o existencial, sublinha as condições em que se utiliza a língua, ao mesmo tempo que explica a distância que separa a língua portuguesa e os seus imperativos, foneticamente ligeira e cerrada, da língua brasileira, que aposta no diálogo, abrindo as vogais e reduzindo o ritmo do fluxo oral. As fronteiras são mais subtis do que parece, sendo difícil passar do português para o brasileiro: a matosinhense Carmen Miranda foi perdendo o sotaque brasileiro à medida que ia trabalhando nos Estados Unidos, regressando pouco a pouco ao seu sotaque nortenho, como observam dois investigadores da Universidade de Albany, Yara F. Vieira e Brian Head¹⁹.

Mais recentemente, esta característica da língua portuguesa foi posta em evidência pelo escritor caboverdiano

lectual (QI) dos africanos, nem por isso renunciamos à certeza sub-liminal de que um africano nunca poderá ser tão inteligente como um europeu. Esta equação reforça-se quando o europeu, sempre branco, é também português.

Neste caso podemos verificar que a incerteza política da língua se limita a pôr em evidência o sentido geral das escolhas repressivas portuguesas, na medida em que o colonialismo quis sobretudo impedir a autonomia dos indivíduos e ainda mais a afirmação da maioridade das sociedades. Regista-se, no caso angolano, a existência de dois adjectivos qualificativos muito usados e muito reveladores das tensões internas da sociedade colonial.

O primeiro, que caracteriza a história angolana é o de "ambaquista", que designava os naturais de Ambaca, que sabiam ler e escrever, tendo formado uma sociedade de comerciantes que contribuiu de maneira constante para a organização dos circuitos comerciais angolanos. Todavia, do ponto de vista dos colonos e da administração, os ambaquistas só podiam ser comerciantes de segunda, faltando-lhes as qualidades brancas. O que transformou o termo ambaquista em forma caricatural, servindo não para exaltar as qualidades angolanas, mas para denunciar as pretensões dos angolanos. O facto de os ambaquistas terem organizado a reprodução constante do conhecimento, compensando com a sua organização a maneira como as autoridades angolanas manifestavam o seu desprezo pelos seus interesses, reforçou os preconceitos que pesavam sobre este grupo.

Foi de resto esta maneira de fazer que serviu para caricaturar e desacreditar os angolanos que procuravam integrar-se no sistema urbano criado pelos europeus. Estas

Gabriel Mariano, que, referindo-se ao bilinguismo do seu arquipélago, punha em evidência os campos de intervenção do crioulo e do português, referindo-se ao comportamento da sua avó. Esta, sempre que estava zangada ou precisava de dar uma ordem, recorria à língua portuguesa, ao passo que utilizava o crioulo não só na vida corrente, mas sobretudo quando se tratava de manifestar o afecto por alguém ou alguma coisa. Se bem que a via não fosse a mesma, Gabriel Mariano confirmava os juízos de um especialista da gramática como João Ribeiro. Haveria talvez que definir uma espécie de psicologia histórica da língua portuguesa, mas já podemos verificar que a memória dos seus utilizadores não pode deixar de trazer para a primeira linha as condições da dominação. Como se a língua só pudesse fazer-se notar pela sua violência.

Estas observações encontram uma confirmação singular numa reflexão do malgrado Embaixador Armando Martins Janeira, publicada sob o pseudónimo singular de Mar Talegre²⁰: não haveria teatro em Portugal devido a uma particularidade da língua, pois as pessoas ou eram tratadas por "tu", ou por "Vossa Excelência", faltando os termos intermédios, únicos capazes de se furta à lógica bastante dura das relações entre o Senhor e o Escravo²¹.

¹⁹ Sirvo-me de uma informação oral, reforçada pela leitura do protocolo de investigação que, suponho, pertence à Universidade de Campinas. Tendo deixado de ser controlada pelos brasileiros, que se opõem violentamente ao "português de Portugal", Carmen Miranda recuperara a sua língua verdadeiramente materna.

²⁰ Mar Talegre, *Sentidos fundamentais do romance português*, Porto, Livraria Simões Lopes, 1978.

²¹ Nas Memórias do Marquês de Fronteira, regista-se um capítulo onde o "grande de Portugal" sublinha as condições que presidiam à organização das hierarquias sociais portuguesas. Haveria assim menos de uma dúzia de pessoas que podiam recorrer ao tu para se dirigir ao Marquês o que salienta a importância das hierarquias no que se refere às formas de tratamento, confirmando do mesmo passo as observações de Armando Martins Janeira.

opções deram origem ao "calcinhas" que servia para designar, recorrendo a um termo falsamente irónico porque absolutamente chocarreiro, os africanos que procuravam adaptar-se às formas urbanas de calçado e de vestuário. Para os europeus, os africanos limitavam-se a "macaquear" os europeus. Faziam prova da sua inferioridade, tanto física como espiritual, devido ao seu aspecto "fatalmente" ridículo, do ponto de vista europeu, quer dizer branco.

É claro que as escolhas dos africanos, sobretudo no que se refere à gama cromática, raras vezes coincidiam com as dos europeus, mas sempre considereei que a liberdade da escolha era uma maneira de afirmar a autonomia de cada um, situação reforçada pela extraordinária capacidade inventiva das populações africanas, capazes de encontrar combinatórias cromáticas tão inesperadas como sedutoras. A sociedade colonialista não estava em condições de aceitar a originalidade das propostas, pelo que se inventou um termo violentamente pejorativo, que também incluía frequentemente os particularismos linguísticos, como mostrou Uanhenga Xitu, num conto "O Mestre Tamoda", que devia ser mais amplamente conhecido. Verificamos que a parelha vestuário e língua permitem que os colonos inferiorizem o Outro, pondo em evidência tanto o que será a sua incapacidade cultural, como o surto cómico que não pode deixar de suscitar.

O Outro africano deve limitar-se a aceitar as regras do branco e as suas ordens. Do ponto de vista dos colonos, parte-se do princípio que só a intervenção reguladora dos brancos pode permitir a organização normal das sociedades, sobretudo no que se refere à produção. A língua sempre fez parte desse esquema geral, tendo Fernando

Armando Martins Janeira não lera João Ribeiro – tive o cuidado de aproveitar um colóquio em Nice para lho perguntar – e agia em função de um comparatismo permitido pela itinerância diplomática que era a sua. Compreende-se que a soma destas circunstâncias nos obrigue a repensar o estatuto da língua, sobretudo quando verificamos que ela pode servir não só para assegurar a criação mas, mais polemicamente, para organizar e conservar a violência da relação de dominação. O português seria assim a língua do Senhor, recusando-se ao Escravo, ou permitindo-lhe apenas uma língua formalmente embrionária e despojada da sua estrutura mais significativa.

Não era minha intenção proceder a qualquer inventário exaustivo dos muitos factos, lugares e circunstâncias que continuam a exigir e a justificar os conflitos que caracterizam as relações dos Portugueses com os Outros, e que fazem agora parte do nosso vocabulário mais quotidiano. O meu intuito era muito simples: quis mostrar que nos recusamos, quer como colectividade, quer como indivíduos, a analisar de maneira sistemática as técnicas utilizadas para tratarmos os Outros. O discurso “lusófono” actual limita-se a procurar dissimular, mas não a eliminar, os traços brutais do passado. O que se procura de facto é recuperar pelo menos uma fracção da antiga hegemonia portuguesa, de maneira a manter o domínio colonial, embora tendo renunciado à veemência ou à violência de qualquer discurso colonial. Ou seja, pretende-se manter o colonialismo, fingindo abolir o colonialista, graças à maneira como o colonizado é convidado a alienar a sua própria autonomia para servir os interesses portugueses. O recurso à língua portuguesa não seria uma operação autónoma,

mas antes o elemento central da alienação destinada a manter o escravo no seu lugar de sempre.

Não deixa de ser revelador que, neste período de pedidos múltiplos de perdão, não se tenha verificado, nem entre as autoridades religiosas, nem entre as autoridades civis, a menor indicação de que se virá a registar um pedido solene de perdão às vítimas das operações colonialistas. Pois não teria chegado o momento de rever a maneira como ainda continuamos a julgar as relações com os Índios, esquecendo que a descrição de Pero Vaz de Caminha abriu caminho não ao bom selvagem, mas antes ao genocídio? Ou será que estaremos na impossibilidade moral e intelectual de reconhecer erros e crimes? De um lado e de outro do Atlântico, as águas ainda carregam sangue e cadáveres. Como esquecê-lo? Como não o lembrar?

Do ponto de vista cultural, forçosamente político, podemos contudo verificar que tanto a lusofonia, que depende da língua, como o espaço lusófono, que só poderá existir quando os locutores de português puderem circular livremente, tendo apenas a língua como passaporte suficiente, procuram despojar-se do peso negativo ou acusatório da história. Ao exaltar a qualidade da língua, os colonialistas pretendem em primeiro lugar reduzir as qualidades das línguas Outras, operação que permite cobrar um ágio aos utilizadores da língua nobre. O princípio seria este: quem, não sendo português, utiliza a língua portuguesa, deve exaltar a tarefa dos portugueses, renunciando a qualquer operação historicamente crítica.

Nesta construção mitificadora, os portugueses não recebem, nem exigem, nem roubam nada. São eles quem dá tudo: a civilização, a religião, a cultura, a língua, os

subsídios, quando não os capitais... E parecem de tal maneira esquecidos do peso do real que nem sequer estão em condições de se dar conta de que, a adesão ao Tratado de Schengen os transformou – nos transformou! – em guardas das fronteiras da Europa, encarregados de impedir que possam aceder à Europa, aqueles que consideramos como nossos irmãos, nossos filhos, nossos primos, em todo o caso nossos parentes amados e indispensáveis! A burocratização do aparelho de Estado impede a análise política do Tratado, considerado uma simples operação de rotina diplomática, quando estamos perante a peça jurídica mais capaz de impedir a formação de qualquer espaço lusófono.

Os sucessivos governos que geriram as nossas relações com a Europa tinham em vista não a lusofonia, nem o espaço lusófono, mas sim os fundos estruturais, instrumento capaz de permitir revitalizar a velha orientação política do Eng^o Duarte Pacheco, sabidamente o modelo do Prof. Cavaco Silva e do Eng^o Ferreira do Amaral: obras e alcatrão, mesmo se for necessário – como em seu tempo fizera o ministro salazarista – reduzir os salários pagos aos trabalhadores. Podíamos ter escolhido os homens, mas preferimos ter melhores estradas e outras obras indispensáveis ao nosso estatuto nacional. Mas tal não nos impediu todavia de criar o mito e de o alimentar, proclamando em todos os tons e com os parcos instrumentos de que dispomos que pretendemos construir um espaço lusófono.

Se quisermos reforçar esta análise, podemos verificar que a Europa vive entalada entre duas formas de xenofobia: os países da Comunidade Europeia ou denunciam os perigos provocados pela multiplicação dos trabalhadores do Sul, ou acusam os trabalhadores de Leste, entre os quais

os ciganos, de corromper a boa saúde da sociedade e da economia europeias. Não falta quem atribua a emergência e o crescimento dos partidos neo-nazis ou neo-fascistas, às novas condições da emigração, esquecendo tais analistas de pôr em causa o capitalismo burguês, único agente desta operação. Os nacionalismos que tinham nascido à esquerda, mudaram de cor e de função a partir do momento em que a direita legitimista francesa os recuperou, pondo-os ao serviço da contra-revolução.

chegar ao Livro a não ser recorrendo à língua do colonizador. Não há por isso incoerência universitária, mas antes um discurso cuja obsessão é garantia da homogeneidade. Razão pela qual as independências recentes não alteram a estrutura do discurso histórico. Nem sequer se procurou criar uma cadeira que, ao lado das muitas expansões, enunciasse a qualidade universal da espécie e da sua história.

É evidente que não haverá modificação nos tempos mais próximos, devido à necessidade de compensar a violência da amputação por um discurso legitimador. Se dermos a volta a estas figuras, que vamos nós encontrar? Nada mais do que o sofrimento dos amputados, a quem dói o membro que já não possuem, devido a uma mensagem aparentemente absurda do sistema nervoso. Tal é a situação portuguesa, que não podia deixar de ser confrontada pela Universidade, que mais do que produzir o saber, consagra o passado. E durante muitos anos ainda vamos certamente continuar a incansavelmente "descobrir" os homens que tinham criado estruturas sociais coerentes e duradouras. Mas ao ser "descobertos" transformavam-se em coisas mais ou menos infantis da história humana, devendo por isso ser regenerados pelo trabalho, que na maior parte das vezes exigia a violência e a escravatura. A "epopeia" não consegue esconder o rumor do sangue e o terrível odor da morte.

A RE-DESCOBERTA DA LÍNGUA COMO "FORÇA IMPERIAL"

Podemos por isso verificar que o discurso português, fracção do discurso europeu, é sempre organizado contra o Outro, que aparece normalmente como uma ameaça capaz de perverter o Mesmo. Foi de resto esse profundo receio que permitiu o aparecimento daquilo a que o século XIX chama a "cafrealização", e que no século XVIII angolano era ainda o "gentilismo", não tendo recebido nenhuma designação específica na Senegâmbia, onde aparece pela primeira vez, no século XVII¹. Os responsáveis pela administração, assim como os missionários, mostraram-se muito abalados pelo facto de um certo número de europeus desertarem a sociedade normal dos brancos, para se instalar junto das comunidades africanas, adoptando os seus usos e costumes, aceitando a autoridade dos chefes africanos, e agindo contra os interesses dos portugueses. Perdiam também a prática da língua portuguesa.

A maneira como as autoridades portuguesas encararam a política da língua é muito ambígua. É certo que António

¹ Consagrei a esta questão uma curta reflexão, que merece ser alargada. V. "Algumas formas da hegemonia africana nas relações com os europeus", *Reunião Internacional de História de África*, Lisboa, I.L.C.T., 1989.